

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº. 036/2013.

Versão: 001

Aprovada em: 02/09/2013

Ato de aprovação: DECRETO Nº 270/2013

Unidade Responsável : Secretaria de Controle Interno

I - FINALIDADE;

Normatizar a Rotina e os Procedimentos de Controle referente ao Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, bem como da Ouvidoria Municipal em conformidade com os dispositivos legais.

II - ABRANGENCIA;

ABRANGE TODAS AS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA DO MUNICIPIO.

III - DOS CONCEITOS

- 1 Acesso à Informação: O acesso à informação compreende os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
- **2.** Informações Pessoais: São aquelas relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável, cujo tratamento deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. As informações pessoais terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção.
- **3.** <u>Controle Social</u>: É a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle da Administração Pública. O controle social é um complemento indispensável ao controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos e contribui para a gestão ao favorecer a boa e correta aplicação dos recursos, pois é um mecanismo de prevenção da corrupção e fortalece a cidadania.
- **4. <u>Portal da Transparência</u>**: Disponibilização e divulgação em local de fácil acesso, preferencialmente através de site, de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão.



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

5. – <u>Ouvidoria</u> – A Ouvidoria será o canal de comunicação direta entre a sociedade e a Administração Municipal, recebendo reclamações, denúncias, sugestões e elogios, de modo a estimular a participação do cidadão no controle e avaliação dos serviços prestados e na gestão dos recursos públicos

IV - BASE LEGAL E REGULAMENTAR:

A presente norma de procedimento tem como base regulamentar, dentre outras, as disposições a seguir:

- a) Constituição Federal, art.71 e art. 5º, inciso XXXIII;
- **b)** Lei Federal 12.527/2011;
- c) Lei Municipal nº 0804/2013;
- d) Resolução Normativa TCE/MT nº25/2012;

V - RESPONSABILIDADE:

1. DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA ADMINISTRATIVO (UNIDADE RESPONSÁVEL PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA):

- I promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação do controle interno, para definir as rotinas de trabalho e identificar os pontos de controle e respectivos procedimentos de controle, objetos da Instrução Normativa a ser elaborada;
- II obter a aprovação da Instrução Normativa, após submetê-la à apreciação da unidade de controle interno e promover sua divulgação e implementação;
- **III-** manter atualizada, orientar as áreas executoras e supervisionar a aplicação da Instrução Normativa.

2. DAS UNIDADES EXECUTORAS:

- **I** atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa na fase de sua formatação, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de elaboração;
- **II -** alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;
- **III -** manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;
- **IV -** cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

3. DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS Estado de Mato Grosso Avenida Brasil, 1059 - Bairro Bom Jesus

CEP - 78595-000 - Apiacás - MT

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- I prestar o apoio técnico na fase de elaboração das Instruções Normativas e em suas atualizações, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle e respectivos procedimentos de controle;
- II através da atividade de auditoria interna, avaliar a eficácia dos procedimentos de controle inerentes a cada sistema administrativo, propondo alterações nas Instruções Normativas para aprimoramento dos controles ou mesmo a formatação de novas Instruções Normativas;
- III- organizar e manter atualizado o manual de procedimentos, em meio documental e/ou em base de dados, de forma que contenha sempre a versão vigente de cada Instrução Normativa.

VI - PROCEDIMENTOS:

1 - ACESSO NÃO AUTORIZADO À INFORMAÇÃO

- 1.1. Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- **1.2. -** Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer ao Prefeito Municipal, a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
- 1.3. Verificada a hipótese prevista no § 2º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar os meios de provas cabíveis.

2 – DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

2.1. - As principais informações deverão estar disponíveis do site da Prefeitura Municipal e deverão constar no mínimo o seguinte: registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; registros de despesas; informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras; e respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

3-DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO

- 3.1.-O acesso à informação compreende os direitos de obter orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
- **§ 1º.** Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.
- **§ 2º.** Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer ao Prefeito Municipal, a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
- § 3º. Verificada a hipótese prevista no § 2º deste artigo, o responsável pela guarda da informação extraviada deverá, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o fato e indicar os meios de provas cabíveis.
- **3.2.** É dever do Município promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral, produzidas ou custodiadas pelo órgão.
- **§ 1º.** Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:
- I registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- II registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- III registros de despesas;
- IV informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- V dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras; e,
- VI respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.
- § 2º As informações constantes dos incisos do § 1º, deverão estar disponíveis no Portal de transparência do Município.
- **3.3.-** O acesso a informações públicas será assegurado mediante:
- I criação de Serviço de Informações ao Cidadão, vinculado à Ouvidoria do Município de Apiacás, em local com condições apropriadas para:
- a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
- b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
- c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

4.-Do Pedido de Acesso

4.1.- Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações ao Município por qualquer meio legítimo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS Estado de Mato Grosso

Avenida Brasil, 1059 - Bairro Bom Jesus CEP - 78595-000 - Apiacás – MT

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

- **§ 1º.** O pedido de acesso a informação deve observar os seguintes requisitos:
- I ter como destinatário o Serviço de Informação ao Cidadão SIC, junto a Ouvidoria do Município de Apiacás.
- II conter a identificação do requerente (nome, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone) e a especificação da informação requerida;
- III ser efetuado preferencialmente por meio do preenchimento de formulário eletrônico disponibilizado no Portal Transparência do Município e;
- IV alternativamente, ao inciso III, ser formulado ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) junto à Ouvidoria, por intermédio dos demais canais de comunicação.
- **§ 2º.** Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação.
- **§ 3º.** São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- **Art. 7º.** O pedido de acesso à informação será atendido pela equipe da Ouvidoria de imediato, sempre que possível.
- **§ 1º.** Caso não seja possível atender de imediato ao pedido, haverá comunicação ao interessado, fixando-se o prazo para resposta não superior a 20 (vinte) dias, admitida prorrogação por 10 (dez) dias, nos termos da Lei Federal nº 12.527/ 2011.
- § 2º. A eventual prorrogação será devidamente justificada ao requerente, se este assim solicitar.
- § 3º. A informação armazenada em formato digital será assim fornecida, ressalvado pedido expresso do requerente.
- **§ 4º.** Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.
- Art. 8º. Não serão atendidos pedidos de acesso a informação:
- I genéricos:
- II desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do *caput*, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Seção II

5.- Da Tramitação Interna

5.1.- O pedido de informação formulado pelo interessado será encaminhado ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, vinculado à Ouvidoria do



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Município de Apiacás o qual disciplinará acerca das demais etapas de tramitação, bem como prazos a serem respeitados, dentro do órgão.

Seção III

6. - DOS RECURSOS

- 6.1. Negado o acesso a informação, o requerente poderá recorrer contra a decisão à Controladoria Interna do Município, no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência,
- 6.2. A Controladoria Interna verifica o cumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação e formula pedido de informações à Autoridade Superior da Unidade Responsável que negou a informação, para que apresente resposta em três (3) dias.
- 6.3. A autoridade competente enviará a resposta aos questionamentos da Controladoria Interna ao SIC/Ouvidoria, remetendo cópia para aquela, também no prazo de três (03) dias.

7- DAS RESPONSABILIDADES PELO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO.

- **7.1.-** Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:
- I recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;
- II utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;
- III agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a informação;
- IV divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;
- V impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;
- VI ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e
- VII destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos.
- **7.2.** Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, assegurado o direito de apurar responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de qualquer vínculo com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

8 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- **8.1-.** No prazo de sessenta dias, a contar da vigência desta Lei, o dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional designará autoridade que lhe seja diretamente subordinada para, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, exercer as seguintes atribuições:
- I assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso a informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos desta Lei;
- II monitorar a implementação do disposto nesta Lei e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- III recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto nesta Lei; e
- IV orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.
- **8.2-.** Esta Norma entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

APIACÁS-MT, 18/07/2013

Rosemeri Rodriguês Ferronato Técnica do Controle Interno



SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

PONTOS DE CONTROLE

ITENS	CRITÉRIOS	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO	
1- DA IN	FORMAÇÃO SOBRE AS NORMA		, ,	
1	Está disponibilizada na			
	integra a Lei nº			
	12.527/2011?			
2	Está disponibilizada na			
	integra o Decreto Federal			
	nº 7.724/2012?			
3	Está disponibilizada na			
	integra a Lei Municipal e o			
	decreto de regulamentação			
	relacionada ao acesso à in			
	formação aplicável no			
	órgão?			
	INFORMAÇÕES INSTITUCIO	NAIS.		
1	Está disponibilizada na			
	integra a composição,			
	estrutura e organograma			
	do órgão?			
2	Está disponibilizada a base			
3	jurídica do órgão ?			
3	Contem o endereço das			
	unidades, com seus respectivos telefones e			
	respectivos telefones e horários de atendimentos?			
	norarios de atendimentos:			
3 – INFO	RMAÇÕES SOBRE AÇÕES E PR	OGRAMAS		
1	Os programas e projetos	V CIMI'INVI		
_	estão descritos, com			
	informações concernentes			
	à implementação,			
	acompanhamento e			
	resultados?			
4 – INF	4 – INFORMAÇÕES PERTINENTES			
1	Está disponibilizado			
	informações sobre			
	orçamento, informando o			
	orçamento inicial aprovado			



	e eventuais ajustes?	
2	Está disponibilizado o	
	relatório de Gestão Fiscal	
	de acordo com a LRF?	
5 - DAS	LICITAÇÕES E CONTRATOS.	
1	As licitações já realizadas ou	
	em andamento contém na	
	integra a identificação	
	numérica do procedimento, do	
	edital e do processo	
	administrativo?	
2	As solicitações feitas pelo	
	setor requisitantes, de cada	
	material ou serviço licitado(
	termo de referência,Plano	
	de trabalho,Projeto Básico)	
3	Contém as justificativas e	
	as fundamentações da	
	necessidade da	
	contratação?	
4	Parecer jurídico e decisão	
	administrativa autorizadora	
	do certame?	
5	Disponibiliza na integra o	
	Edital ou convite e seus	
	anexos?	
6	Ata da sessão de	
	julgamento/e ou registro	
	de preços?	
7	Homologação do certame?	
8	Contrato, quando houver?	
9	Termos aditivos,	
	acompanhados do numero	
	do documento e publicação	
	correspondente?	
10	Notas de empenhos	
	correspondentes ao	
	contratos ativos?	
11	Decisão de anulação ou	
	revogação do certame?	
	•	



12	Contém informações sobre	
	a relação de Atas de	
	registro de Preços	
	disponível para adesão,	
	com indicação do processo	
	licitatório de origem?	
13	Das contratações diretas,	
	por dispensa ou	
	inexigibilidade consta a	
	solicitação e justificativa	
	quanto à necessidade e ao	
	preço?	
14	O parecer jurídico com a	
	identificação do respectivo	
	processo?	
15	Autorização e ratificação da	
	contratação direta?	
16	Contem a publicação do	
	contrato?	
17	Termos aditivos com	
	publicação9	
	correspondente?	
		RMO DE PARCERIAS, CONVENIOS E
OU TRA		NTIDADES PÚBLICAS OU PRIVADAS)
	Contém o texto da lei	
1	especifica autorizadora/ou	
	fundamento legal	
	aplicável?	
2	A integra dos convênios,	
	termos de parcerias e	
	congêneres firmados?	
3	Identificação, com CPF ou	
	CNPJ, e se for sociedade,	
	com os nomes dos sócios?	
4	Contem quando houver o	
7	termo aditivo,	
	acompanhado das	
	publicações?	
5	Notas de empenho	



	correspondentes ao		
	contrato / aditivos?		
6	Contém na integra os		
O	2		
	Convênios disponíveis para		
	serem firmados?		
7 – INFO	ORMAÇÕES SOBRE EXECUÇÃO	ORÇAMENTÁRIA.	
1	Contém a realização de		
	RECEITAS (consulta por mês,		
	exercícios e por unidade		
	orçamentária)?		
2	Execução de DESPESAS		
	(consulta por mês, exercícios		
	e por unidade orçamentária)?		
3	Despesas por CREDOR		
	(consulta por CNPJ/CPF)		
4	Consulta de EMPENHOS por		
	período e por unidade		
	orçamentária(contendo		
	informações sobre o credor,		
	valor, processo que deu		
	origem)?		
5	Consulta de LIQUIDAÇÕES por		
	período e por unidade		
	orçamentária(contendo		
	informações sobre data,		
	credor, valor, histórico,		
	empenho, etc.)?		
6	Informações de PAGAMENTOS		
	por período e por unidade		
	orçamentária(contendo		
	informações sobre o credor,		
	data, valor, nº de empenho,		
	n. doc. De liquidação e fonte)?		
	RMAÇÃO SOBRE O QUADRO D	DE PESSOAL	T
1	Na integra o estatuto do		
	servidor ou legislação		
2	equivalente?		
2	Plano de cargo e carreira		
	atualizado, com tabela de		
	remuneração?(contendo a		
	relação de cargos, com		
	indicativo de quantitativo, dos		
	providos e vagos		



3	Relação de servidores		
	efetivos, comissionados e		
	contratados, indicando os		
	respectivos cargos/funções e		
	locais de lotação?		
4	Relação de servidores cedidos		
4	com ou sem ônus(quando		
	houver)?		
5	Relação de servidores		
)	recebidos em cessão com ou		
	sem ônus?		
6			
6	Relação de servidores em férias?		
0 TNF		CÃO DE ACENTES DUDI T	606
	DRMAÇÕES SOBRE REMUNERA	ÇAO DE AGENTES PUBLIC	LUS
1	Na integra a remuneração		
	detalhada recebida por		
	ocupante de cargo,		
	posto,graduação, função e/ou		
_	emprego público.		
2	Diárias pagas- relação mensal		
	detalhando o		
	beneficiário, motivo valores		
	quantidades,etc.		
	ORMAÇÕES SOBRE CONCURSO	DE PROCESSOS SELETIV	os.
1	Disponibilizar todos os		
	processos, finalizados e em		
	andamentos, na integra, até		
	os atos de nomeações.		
11- INF	PRMAÇÕES ADICIONAIS (POD	PER EXECUTIVO)	
1	No portal contém todos os		
	órgão das administração		
	direta e indireta?		
2	Contém a legislação		
	atualizada do poder		
	executivo(decretos,portarias,		
	instruções normativas etc)?		
3	Tem acesso ao diário		
	oficial(link)?		
		-	